

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 10

Data: 21 de fevereiro de 1982

Pg.: _____

21.2.82

Seminário nos EUA mostra um interesse renovado pela Amazônia

LUCIO FLÁVIO PINTO
Do enviado especial

GAINESVILLE — O Projeto Carajás, a transferência do controle acionário do Projeto Jari para empresários brasileiros e o Polonoroeste são alguns dos temas que, ligados a outros mais antigos, como os conflitos de terra, os choques com as populações indígenas ou os riscos ecológicos, estão realimentando o interesse de pesquisadores de todo o mundo pela Amazônia. Uma amostra desse interesse pôde ser constatada durante a realização da 31ª Conferência Anual Latino-Americana em Gainesville, nos Estados Unidos. O encontro, promovido pela Universidade da Flórida, foi dedicado ao tema "expansão da fronteira na Amazônia".

Mais de 100 pesquisadores norte-americanos, latino-americanos e europeus estiveram presentes à reunião, entre os dias 8 e 11, discutindo aproximadamente 40 exposições e conferências.

TENDÊNCIAS

O desenvolvimento de cinco grandes temas por 40 pesquisadores mostrou que os estudos da Amazônia caminham por duas linhas distintas. De um lado, estão as análises morfológicas, eminentemente técnicas, mais preocupadas com narrativas e descrições de fenômenos, feitas principalmente por cientistas estrangeiros. De outro lado, situam-se as pesquisas que dão grande importância às dimensões sociais e políticas, procurando situar criticamente os fenômenos que estão ocorrendo na Amazônia, enfatizando que a solução de seus problemas não é apenas uma questão de maior ou menor conhecimento, mas também de vontade, isto é, de decisão política.

Por causa dessas duas ordens de raciocínio, os "amazonólogos" poderiam ser divididos entre aqueles que, após as descrições, dedicam-se à apresentação de fórmulas técnicas capazes de resolver os problemas independentemente de qualquer contexto político, e os que estendem-se mais nas críticas e consideram as soluções condicionadas a situações políticas. Os primeiros tendem a ser mais otimistas quanto à situação atual e o futuro da Amazônia. Os segundos são, no mínimo, céticos.

O antropólogo Maybury-Lewis, da Universidade de Harvard, expressou esse ceticismo em relação às populações indígenas, lembrando que o Brasil "não é mais considerado um exemplo de milagre e sum de desastre" e hoje "é preciso dar-lhe tempo para que pague sua dívida externa". Ele observou que o destino dos índios é considerado em relação a um dualismo — sobrevivência ou eliminação — que exclui a possibilidade de uma adaptação.

"A fronteira sempre foi antiíndigena — disse ele —, mas a situação fica ainda mais agravada se há um governo antiíndigena. Por isso, é necessário criar um tipo de ação capaz de pressionar os governos."

Como exemplo desse tipo de pressão

positiva, Lewis citou a ação do Banco Mundial no Noroeste do Brasil e no Peru. Dennis Mahar, economista do Banco Mundial, explicou em sua conferência, que foi por interferência da instituição que a Funai decidiu introduzir um "componente indígena" no Polonoroeste, enfatizando a demarcação das terras indígenas e a adoção de serviços médicos, especialmente a vacinação.

Admitiu Mahar que essa recomendação feita pelo Banco Mundial "foi recebida pelo governo com alguma surpresa e consternação", mas que, com o passar do tempo, "a desconfiança inicial desapareceu". Embora o próprio programa do Banco para o Polonoroeste não trate da questão indígena, ele considerou prioritária uma ação governamental para evitar o choque entre os colonos e os 8 mil índios espalhados pelos 410 mil quilômetros quadrados situados em Rondônia e Mato Grosso e abrangidos pelo Polo. Graças a essa insistência, a reserva Nhamiquara foi aumentada em 75%.

UM EXEMPLO

Em várias conferências, a cooperação entre o governo brasileiro e o Banco Mundial no Polonoroeste, que prevê a aplicação de 1,5 bilhão de dólares — cerca de Cr\$ 210 bilhões — até 1985, foi apontada como um exemplo de que é possível promover um processo de ocupação na Amazônia sem provocar os problemas — conflito de terras, destruição ecológica, extermínio de índios, etc. — comuns em quase todas as "frentes pioneiras" da região.

O próprio Mahar, autor de um livro sobre a Zona Franca de Manaus, disse acreditar que, embora difícil, não é impossível elaborar um projeto destinado a resolver "alguns dos principais problemas da expansão da fronteira na Amazônia". Admitindo que, "com notáveis exceções", a literatura sobre o desenvolvimento amazônico nos últimos anos tende a concentrar-se "na documentação de alguns dos mais negativos aspectos da expansão recente da fronteira no Brasil", ele afirmou que, com o Polonoroeste, o governo estaria preparado "para aceitar algumas das consequências negativas do desenvolvimento acelerado da fronteira", mas certo de que as consequências seriam muito mais graves sem o plano.

Os cientistas sociais que participaram do último dia de conferências, o único no qual havia maioria de pesquisadores brasileiros, procuraram mostrar que não basta ter um bom diagnóstico dos males e apresentar propostas tecnicamente corretas de solução se se antepõem a esse conhecimento atos de vontade contrários. Ressaltando o papel importante que o Estado desempenha na fronteira amazônica, como formulador de planos e ideologia, Stephen Bunker, sociólogo da Universidade de Illinois, acha que o Estado criou as condições para a subversão de seu próprio aparato burocrático "ao dar mais poder ao capital do que ele próprio estava em condições de efetivamente administrar".

Apesar de vários dos pesquisadores procurarem demonstrar as vantagens da colonização através da pequena propriedade familiar sobre a grande empresa rural, como o fez o peruano Carlos Aramburu, outros cientistas manifestaram sua descrença quanto à possibilidade desse "modelo" ser adotado pelo governo mediante simples esforço de convencimento teórico, como o que tentou fazer o antropólogo Emílio Moran, da Universidade de Indiana.

O VAZIO

O sociólogo José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo, procurou mostrar que o governo só adota medidas reformistas, que atendem a algumas das aspirações camponesas, para evitar que organizações políticas se interponham entre os camponeses e o Estado, mediando as lutas sociais. "Ao invés da reforma (agrária) ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feito de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político".

O ponto central da política agrária oficial, segundo Martins, seria "a despolíticação da questão fundiária e a exclusão política do campesinato das decisões sobre os seus próprios interesses, que redundam basicamente em restrições severas à cidadania dos trabalhadores do campo". Com isso, ele acredita que tenha resultado um "vazio de poder no campo", que ao mesmo tempo favorece a centralização e militarização do poder buscada pelo governo, mas "é também problemático porque abre um espaço à construção de um poder popular no campo". Martins disse estar convencido de que o conflito entre o Estado e a Igreja na Amazônia está relacionado ao preenchimento desse vazio político.

Já o antropólogo Otávio Guilherme Velho, mesmo reconhecendo como sendo a maior característica da fronteira amazônica a aliança entre o Estado e o grande capital, viu "ênfases novas" na política de desenvolvimento regional, como a lei do usucapião e a regularização da ocupação espontânea, indicando que pelo menos "o governo quer ganhar tempo". Considerou também que o "fechamento" da fronteira aos camponeses, mesmo sendo um ato jurídico e político, "não é uma realidade concreta".

Se o seminário serviu apenas para dar início a uma série de debates apenas formulados e a um intercâmbio nascente entre pesquisadores, colocou o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida como um dos locais importantes e privilegiados para o estudo da realidade amazônica.

No encerramento do encontro, a questão "o Estado e o capital privado no desenvolvimento da Amazônia" foi discutida por Stephen Bunker, Joe Foweraker, José de Souza Martins, Malori Pomper-mayer, Roberto Santos e Lúcio Flávio Pinto, correspondente do Estado em Belém.